

## Educação escolar de adolescentes privados de liberdade: análise bibliográfica sobre teses e dissertações

Areillen Ronney Rocha Reges\*, Emerson Augusto de Medeiros\*\* e Marcelo Bezerra de Moraes\*\*\*

### Resumo

Este estudo constitui um levantamento bibliográfico com o objetivo central de mapear as pesquisas produzidas sobre a educação escolar de adolescentes privados de liberdade no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram encontradas 116 pesquisas, entre teses e dissertações. Conclui-se, dentre outros aspectos, que, apesar da soma expressiva de investigações encontradas, um número modesto aborda especificamente a perspectiva da educação escolar dos adolescentes privados de liberdade, estando direcionadas, em sua quase totalidade, a outros enfoques de investigação, como o direito e acesso à educação, Direitos Humanos e as políticas públicas de atendimento aos adolescentes. Com efeito, entendendo a educação escolar como um dos instrumentos primordiais no processo de ressocialização, sinaliza-se a importância de mais estudos que enfoquem a educação escolar de socioeducandos em cumprimento de medida de privação de liberdade. Outrossim, destacamos que os resultados desta investigação apontam para questões e temas que poderão ser aprofundados em futuras pesquisas, como, por exemplo, propostas de escolas socioeducativas, ou seja, especializadas e criadas para o próprio sistema socioeducativo.

**Palavras-chave:** Educação escolar; adolescentes privados de liberdade; socioeducação.

## School education of adolescents deprived of freedom: bibliographical analysis on theses and dissertations

### Abstract

This paper is a bibliographical survey whose central objective is to map the research produced on the school education of adolescents deprived of their liberty in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel. A total of 116 studies were found, including theses and dissertations. It was concluded, among other things, that, despite the significant amount of research found, a modest number specifically addresses the perspective of school education for adolescents deprived of their liberty, and almost all of it focuses on other areas of research, such as the right and access to education, human rights and public policies to assist adolescents. In fact, understanding school education as one of the primary tools in the

\* Mestre em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Professor da Secretaria Municipal de Educação de Mossoró – RN. Professor na Universidade Paulista (UNIP). Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Docente GEFOR – UFERSA/CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6136-3727>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6404781758715951>. E-mail: [ronneyareillen@gmail.com](mailto:ronneyareillen@gmail.com).

\*\* Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ensino (PosEnsino) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, e Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Docente GEFOR – UFERSA/CNPq. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3988-3915>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5799425932852626>. E-mail: [emerson.medeiros@ufersa.edu.br](mailto:emerson.medeiros@ufersa.edu.br).

\*\*\*Doutor em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, campus de Rio Claro). Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente Permanente dos Programas de Pós-Graduação em Ensino (PosEnsino) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (GHOEM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4563-822X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2878861519191477>. E-mail: [marcelobezerra@uern.br](mailto:marcelobezerra@uern.br).

process of resocialization points out to the importance of more studies that focus on the school education of socio-educated people who are being deprived of their liberty. Furthermore, the results of this research point to issues and themes that could be explored in greater depth in future research, such as proposals for socio-educational schools, that is, specialized schools created for the socio-educational system itself.

**Keywords:** Schooling; adolescents deprived of liberty; socioeducation.

## **Educación escolar de adolescentes privados de libertad: análisis bibliográfico sobre tesis y disertaciones**

### **Resumen**

Este estudio es compuesto de un levantamiento bibliográfico cuyo objetivo central es mapear las investigaciones producidas sobre la educación escolar de adolescentes privados de libertad en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior (CAPES). Se encontraron 116 estudios, entre tesis y disertaciones. Se concluye, entre otros aspectos, que a pesar de la importante cantidad de investigaciones localizadas, un modesto número aborda específicamente la perspectiva de la educación escolar de adolescentes privados de libertad, centrándose, casi en su totalidad, en otros focos de investigación, como el derecho y acceso a la educación, los Derechos Humanos y las políticas públicas de atención a los adolescentes. En efecto, entender la educación escolar como uno de los medios primarios en el proceso de resocialización, resalta la importancia de más estudios que se centren en la educación escolar de estudiantes socioeducados que cumplen una medida de privación de libertad. Además, destacamos que los resultados de esta investigación apuntan a cuestiones y temas que podrían ser profundizados en futuras investigaciones, como, por ejemplo, propuestas de escuelas socioeducativas, es decir, especializadas y creadas para el propio sistema socioeducativo.

**Palabras clave:** Enseñanza; adolescentes privados de libertad; socioeducación.

### **INTRODUÇÃO**

Atualmente, é necessário pensarmos sobre como o professor que trabalha com o ensino na Educação Básica, alinhado à medida socioeducativa, lida com os desafios em sua prática docente, considerando as especificidades educacionais, os contextos sócio-históricos dos estudantes e as experiências que eles carregam a partir da sociedade e cultura em que estão inseridos. Esse professor leciona na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino que possibilita atuar, em alguns estados, nos espaços educacionais não convencionais, como é o caso do sistema socioeducativo, responsável por assistir adolescentes em conflito com a Lei.

As unidades de atendimento socioeducativo do país que recebem esses jovens devem se responsabilizar tanto pelas medidas socioeducativas quanto pela garantia de atividades pedagógicas e o acesso à escola, sendo essa garantia assegurada, comumente, por meio da EJA, haja vista o tempo de internação e a defasagem idade-série. Pesquisar sobre esses espaços educacionais diversificados e os sujeitos que neles se inserem é um dos desafios e objetivos que vislumbramos no nosso percurso. Este trabalho nasceu da observação da

invisibilidade desses espaços e sujeitos na sociedade, no âmbito escolar, bem como na pesquisa científica.

Nossa atuação profissional<sup>1</sup>, nesse contexto, permitiu enxergar os professores para além das escolas da rede básica de ensino e das salas de aula comuns. Diante disso, desenvolver um estudo nessa perspectiva é democratizar a ciência e, sobretudo, tecer conhecimento para um expressivo número de docentes imersos nesse contexto educacional.

Considerando a necessidade de conhecer o que se tem produzido sobre a educação escolar de adolescentes privados de liberdade, construímos esta pesquisa com o intuito também de inventariar a produção acadêmica na pós-graduação brasileira, mais especificamente as produções dissertativas e doutorais que versam acerca da temática. Desse modo, nosso objetivo, neste artigo, é mapear as pesquisas produzidas sobre a educação escolar de adolescentes no contexto de privação de liberdade, configurando-se como um estudo do tipo estado do conhecimento, cujo percurso metodológico explicaremos posteriormente.

Na construção desta investigação, realizamos um levantamento bibliográfico com pesquisas disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para alcançarmos o objetivo proposto, utilizamos dos descritores “Adolescentes Privados de Liberdade” e “Centro de Atendimento Socioeducativo”, sem recorte temporal tampouco filtros nas buscas (como as produções por áreas de conhecimento, ano, instituições, dentre outros). Dessa forma, foram encontradas 116 pesquisas, entre teses e dissertações.

Traçada esta breve introdução, organizamos o restante do texto em mais duas seções, além das considerações finais. Em um primeiro momento, apresentamos elementos introdutórios e explicativos sobre a funcionalidade e estrutura da educação dos sujeitos privados de liberdade, tendo em vista a ausência de conhecimentos sobre escolas em sistemas socioeducativos. Em seguida, detalhamos o levantamento bibliográfico, por meio de sua explanação, descrição e análise. Por último, nas considerações finais, sintetizamos os principais aspectos apreendidos com a construção da pesquisa.

---

<sup>1</sup> Um dos autores do texto.

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SISTEMAS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**

A educação é um direito fundamental para o desenvolvimento da cidadania, e o acesso a ela também é garantido aos adolescentes em conflito com a Lei. Logo, inicialmente, precisamos entender os documentos que a normatizam. Nesse sentido, a conquista do direito à educação, com a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, expressa na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também conhecida como LDB (Lei 9.394/1996), trouxe considerável avanço para a educação brasileira.

Foi instituída pela LDB a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como a modalidade de ensino que garante os direitos educativos da população com 15 anos ou mais, que não teve acesso ou interrompeu os estudos antes de concluir a Educação Básica. À vista disso, ela se destaca como importante meio de inserção social e de diminuição da taxa de analfabetismo, assim como na oferta de flexibilidade e de um conjunto de possibilidades de ensino-aprendizagem àqueles que outrora não tiveram acesso ou abandonaram seus sonhos e metas educacionais/profissionais.

A EJA é uma modalidade que abrange um público amplo e diversificado. Exemplo disso são os sistemas de privação de liberdade do país, tanto o prisional quanto o socioeducativo, vinculados a essa modalidade. A educação é um instrumento fundamental na vida dos adolescentes/alunos/socioeducandos. Diante desse processo, a escola também exerce o importante papel de mostrar que é necessário e possível mudar a realidade e o destino desses jovens marginalizados/invisibilizados, com o intuito de trazê-los de volta à sociedade.

Salientamos que a educação escolar sozinha não é capaz de fazer isso: é preciso que outras políticas públicas (assistência social, educacionais, de proteção à infância e adolescência etc.), fatores sociais como o local onde vivem, os vínculos criminais e familiares estabelecidos, e até mesmo os processos de reclusão, inclusive as medidas pedagógicas e socioeducativas, funcionem para que este retorno seja efetivo, sem o risco de reincidência.

Portanto, não pretendemos conferir à educação escolar uma missão “salvacionista”, uma vez que existem outros elementos que irão contribuir para o processo de (re)socialização dos jovens: ela é um importante fator para todos os jovens e adultos em

privação de liberdade e tem como pressuposto contribuir para este processo, mas não é o único fator. Destarte, a escola precisa estar presente de forma ativa e regular durante todo o tempo de cumprimento de medida de internação do educando.

No tocante à educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade, como bem elucida Julião (2020), é fundamental que compreendamos que estamos falando da intersecção de duas políticas: privação de liberdade e educação. Quando debatemos esse contexto, almejamos pontuar sobre políticas de segurança pública, com dois sistemas distintos: o prisional para adultos e o socioeducativo para jovens, cada um com suas concepções, regulamentos e particularidades. Portanto, não podemos simplesmente reduzir o debate da “educação nas prisões” ao campo da política de educação, na medida em que estamos refletindo sobre políticas que, historicamente, estão imbricada/interseccionadas, sendo interdependentes.

Em 2016, surgiu uma normativa para a educação socioeducativa: foram aprovadas, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as diretrizes nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Resolução CNE/CEB n. 3, de 13 de maio de 2016), reconhecendo, desse modo, as especificidades da política implementada para os socioeducandos. Essa normativa trouxe avanços na implementação da política de educação para os jovens e adultos em situação de privação de liberdade, pois se começa a efetivar realmente uma política nacional de educação nos ambientes socioeducativos.

O financiamento da política, de acordo com a mencionada Resolução, dar-se-á por meio de recursos públicos federais, estaduais e municipais. Vejamos alguns detalhes:

As ações, projetos e programas governamentais, destinados à modalidade em geral, incluindo o provimento de materiais didáticos e escolares, apoio pedagógico, alimentação e saúde dos estudantes, deverão também contemplar as instituições e programas educacionais dos estabelecimentos penais (Julião, 2020, p. 119 -120).

Assim, entendemos que os marcos legais tiveram importante participação na efetivação e acesso de ações, projetos, programas e de uma educação mais humanizada para os sujeitos privados de liberdade. Nesse campo, Paiva (2009) destaca que foi graças a esses marcos legais nacionais e acordos internacionais que se desdobraram em documentos,

fundamentos, reflexões e políticas que, nos últimos anos, se passou a definir cada vez melhor o tipo de projeto educativo a ser implementado (Paiva, 2009).

Portanto, os recentes marcos legais que enxergaram os sujeitos privados de liberdade começam a impulsionar as instituições no sentido da pesquisa acadêmica, temáticas como socioeducação, educação prisional, sistema socioeducativo, sistema prisional, educação de jovens e adultos em situação de restrição de liberdade, dentre outros, começaram a emergir, ainda que de maneira tímida, mas já apresentando implicações, avaliações e resultados.

### **A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE EDUCAÇÃO ESCOLAR DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE – UM MAPEAMENTO**

Esta seção tem o objetivo de apresentar o levantamento bibliográfico acerca das pesquisas que vêm sendo realizadas nos últimos anos e conhecer as discussões em torno da educação escolar nos sistemas socioeducativos do país. Para tanto, tornou-se necessário efetuar um mapeamento acerca dos sujeitos pesquisadores e pesquisados, dos anos das publicações, da distribuição geográfica das instituições de ensino e áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, das temáticas abordadas, das abordagens de pesquisas, das técnicas utilizadas na produção dos dados e dos tipos de pesquisas.

Conforme Romanowski e Ens (2006), esse tipo de pesquisa é pertinente porque permite a identificação do conhecimento produzido em determinadas áreas, contribui para apontar quais aspectos têm sido mais relevantes e abordados no âmbito das produções acadêmicas, além de apontar lacunas existentes. Sob esta ótica, os autores nos fazem despertar para uma pesquisa que traga, a partir dos elementos evidenciados, o rigor científico necessário à produção científica.

A partir do levantamento bibliográfico, realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, sobre a educação escolar de adolescentes privados de liberdade, foi possível construir um panorama acerca da produção acadêmica. Segundo Ferreira (2002), os catálogos reúnem tudo o que se tem de avanço da ciência em um único lugar: além da otimização da pesquisa, eles possibilitam a circulação e intercâmbio entre a produção construída e a construir, orientando o leitor/pesquisador na investigação bibliográfica da produção de determinada área.

Definido o catálogo (base de dados) para a pesquisa, na intenção de conseguirmos um número expressivo de trabalhos, foi necessário definirmos os descritores para compor o campo investigativo: “Adolescentes Privados de Liberdade” e “Centro de Atendimento Socioeducativo”. Optamos por não fazer nenhum tipo de delimitação na busca, por exemplo a área de conhecimento e o recorte temporal, além de não usarmos um, mas dois descritores na investigação. Desse modo, foram encontrados 58 trabalhos no primeiro descritor e 58 no segundo descritor, perfazendo o total de 116 trabalhos analisados.

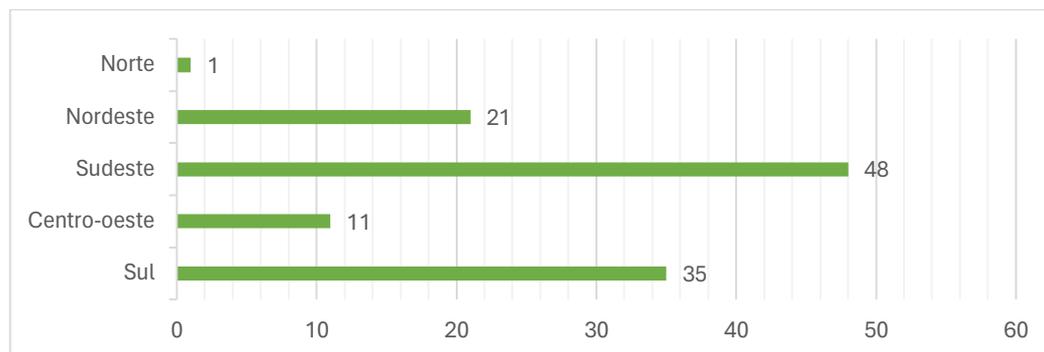
A opção por não delimitar e considerar dois descritores na base de dados (o catálogo) deriva da necessidade de visualizar, de modo abrangente, todas as dimensões da pesquisa sobre a socioeducação, com o intuito também de mapear a abrangência e as áreas em que havia publicações sobre a temática no Brasil, delimitando, na sequência, o nosso objeto de estudo: a educação escolar de adolescentes privados de liberdade.

Para direcionar a constituição do material a ser analisado, fizemos uma leitura dos títulos e resumos das 116 produções acadêmicas, a fim de localizar a temática de forma explícita. Categorizar os trabalhos mapeados não foi tarefa simples, visto que as temáticas são, algumas vezes, complexas e com fronteiras pouco definidas. Além disso, doze trabalhos apresentaram erros que não nos permitiam ver página inicial nem resumo, exigindo uma busca mais detalhada.

Portanto, foram mapeadas, do número total de trabalhos, 109 dissertações, o que representa 94% das produções, e apenas sete teses, com um percentual de 6%. Em uma análise inicial, o número de trabalhos mapeados é considerado elevado, haja vista o quantitativo e a relação com a perspectiva do tema.

Dando continuidade à análise dos dados, atestamos que o gráfico um apresenta a distribuição das dissertações e teses por Regiões Brasileiras. Frente aos dados analisados, evidenciamos que a Região Sudeste detém o maior número de publicações, com um total de 48 dissertações e teses, seguida pelas Regiões Sul e Nordeste, com 35 e 21 estudos, respectivamente. As Regiões com menos publicações são a Região Centro-Oeste, com 11 produções, e a Região Norte, que apresentou apenas um trabalho sobre a temática. Observemos:

**Gráfico 1** – Distribuição das Dissertações e Teses por Regiões Brasileiras do Gráfico.



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Correlacionamos os dados acima com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, na seção sobre o SINASE, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>2</sup>. Ao analisarmos os dados obtidos na instituição, eles mostram São Paulo como o Estado responsável por, em média, 34% do total de adolescentes internados (cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade) em todo o país. Nenhum outro Estado se aproxima desse patamar. Em sequência, observa-se o Rio de Janeiro, o qual, em 2021, contava com 6,4% das internações do país e Minas Gerais, responsável por 6,3% do total de adolescentes, estados localizados na Região Sudeste.

Vale salientar que o anuário do CNJ de 2022 se dedicou a uma coleta inédita dos dados, realizada diretamente com as secretarias estaduais responsáveis pela gestão da socioeducação nas 27 Unidades Federativas do país<sup>3</sup>. Este expressivo número de produções na Região Sudeste pode ser um indicador de interesse dos programas de pós-graduação na temática.

Relacionando com outro dado, na tabela um, sobre a distribuição das pesquisas por estados, facilmente destacamos o Estado de São Paulo com o maior número de trabalhos, com um total de 36 dissertações e uma tese. A tabela destaca o significativo número de produções também no Estado do Rio Grande do Sul, com uma tese e 24 dissertações. Vejamos:

<sup>2</sup> É uma instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual.

<sup>3</sup> Nas edições anteriores do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a seção sobre o SINASE utilizava como fonte os dados divulgados nos próprios levantamentos que eram coletados e divulgados diretamente pelo governo federal. Por cinco anos não houve atualização, sendo o último publicado em 2019, com dados referentes a 2017.

**Tabela 1** – Distribuição das Dissertações e Teses por Estado.

Estado	Dissertações	Teses	Total de produções
São Paulo	36	01	37
Rio Grande do Sul	24	01	25
Pernambuco	08	00	08
Paraná	07	00	07
Goiás	06	00	06
Paraíba	05	01	06
Minas Gerais	05	01	06
Santa Catarina	03	00	03
Mato Grosso	03	00	03
Bahia	03	00	03
Rio de Janeiro	02	01	03
Sergipe	01	01	02
Brasília	01	01	02
Espírito Santo	02	00	02
Rio Grande do Norte	01	00	01
Ceará	01	00	01
Pará	01	00	01

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Em relação aos outros 15 estados, além dos dois primeiros, evidenciamos que estes dispõem de trabalhos sobre o tema, mas consideramos os números destoantes dos apresentados por São Paulo e Rio Grande do Sul. Dados que reforçam o que dissemos. Além desses aspectos, entendemos que a concentração de dissertações e teses nos Estados das Regiões Sudeste e Sul também pode ser justificada se pensarmos, conforme o estudo de Nascimento, Medeiros e Amorim (2022), que é nesse contexto territorial onde se encontra o maior número de programas de pós-graduação no país.

Dando continuidade à análise dos dados produzidos no levantamento bibliográfico, entendemos que seria interessante incluir uma categoria sobre as instituições de ensino superior, haja vista que teríamos ciência a respeito dos espaços institucionais onde as pesquisas foram desenvolvidas. Essas informações podem ser vistas na tabela dois, a seguir.

**Tabela 2** – Distribuição das Teses e Dissertações por Instituição de Educação Superior.

Instituição de Educação Superior	Quantitativo de Dissertações	Quantitativo de Teses	Total
Universidade de São Paulo	10	00	10
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	08	00	08

Universidade Federal do Rio Grande do Sul	07	01	08
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	06	00	06
Universidade Federal de Santa Maria	05	00	05
Universidade Federal da Paraíba	05	00	05
Universidade Federal de São Paulo	03	01	04
Universidade Anhanguera de São Paulo	04	00	04
Universidade Federal de Pernambuco	04	00	04
Universidade Nove de Julho	03	00	03
Universidade Federal de São Carlos	03	00	03
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	03	00	03
Universidade do Extremo Sul Catarinense	02	00	02
Universidade Federal de Goiás	02	00	02
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	02	00	02
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	02	00	02
Universidade Católica de Pernambuco	02	00	02
Fundação Universidade Federal de Sergipe	01	01	02
Universidade Federal da Bahia	02	00	02
Universidade de Brasília	01	01	02
Universidade Federal de Minas Gerais	01	01	02
Universidade Estadual de Maringá	02	00	02
Universidade Federal Fluminense	01	01	02
Universidade Federal do Espírito Santo	02	00	02
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	01	00	01
Uni. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	01	00	01
Universidade Estadual de Goiás	01	00	01
Universidade Federal de Mato Grosso	01	00	01
Centro Universitário Alves Faria	01	00	01
Universidade de Caxias do Sul	01	00	01
Universidade Federal do ABC	01	00	01
Centro Universitário FIEO	01	00	01
Hospital de Clínica Porto Alegre	01	00	01
Fundação Universidade de Pernambuco	01	00	01
Universidade Federal Rural de Pernambuco	01	00	01
Universidade do Estado de Mato Grosso	01	00	01
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	01	00	01
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	01	00	01
Universidade do Estado da Bahia	01	00	01
Universidade Federal de Uberlândia	01	00	01
Fundação Universidade de Passo Fundo	01	00	01
Universidade Federal do Ceará	01	00	01
Universidade Federal do Paraná	01	00	01
Universidade Estadual de Ponta Grossa	01	00	01
Universidade Federal Rural do Rio do Janeiro	01	00	01
Fiocruz	01	00	01
Universidade Estadual de Montes Claros	01	00	01

<b>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso</b>	01	00	01
<b>Universidade Federal do Pará</b>	01	00	01
<b>Universidade Federal de Campina Grande</b>	00	01	01
<b>Universidade Estadual de Londrina</b>	01	00	01
<b>Universidade Cidade de São Paulo</b>	01	00	01
<b>Pontifícia Universidade Católica do Paraná</b>	01	00	01
<b>Total de produções</b>	109	07	116

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

A tabela elenca as instituições com as produções doutorais e dissertativas, com destaque para a Universidade de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de São Paulo, a Universidade Anhanguera de São Paulo e a Universidade Federal de Pernambuco.

As instituições descritas apresentam o número superior a quatro produções sobre a educação escolar de adolescentes privados de liberdade. Mais uma vez, destacamos as produções desenvolvidas nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Entre as 10 instituições com mais produções, oito pertencem a um desses dois estados. A Universidade de São Paulo (USP) é a que se destaca com mais produções acadêmicas sobre a temática - totalizando dez. Vale salientar que a USP, no ano de 2022, era a instituição brasileira com o maior número de programas de pós-graduação no país.

Em relação ao ano das publicações, rememoramos que optamos por não delimitar ou fazer recorte temporal no momento da produção dos dados. Um dos motivos que nos levaram a essa decisão foi a compreensão de que a demarcação temporal poderia provocar um número inexpressivo de trabalhos. Em vista disso, os dados explícitos no gráfico dois mostram a distribuição dos estudos desde o ano de 2001, com a primeira pesquisa datada, até o ano de 2021.

**Gráfico 2 – Distribuição Cronológica das Teses e Dissertações.**



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

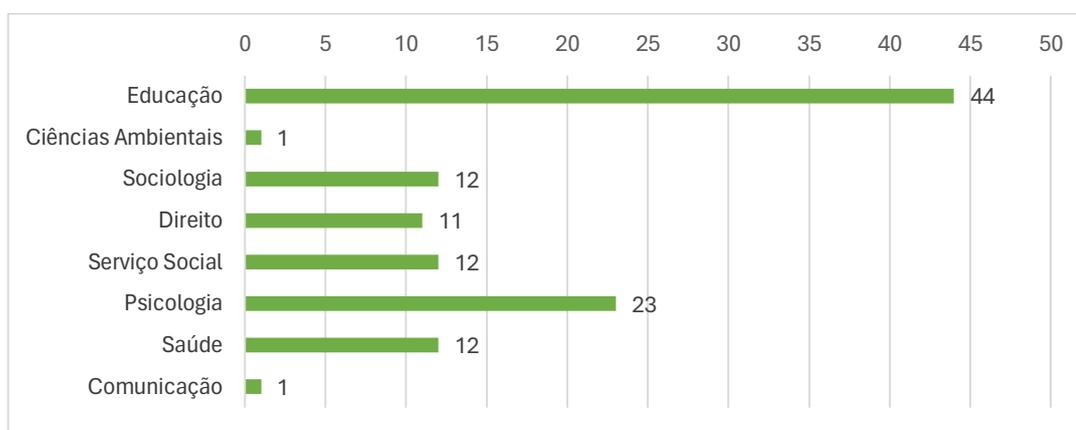
Entre as datas atestadas (ano de 2001 ao ano de 2021), apenas o ano de 2002 não apresentou trabalhos sobre a temática. Outro dado significativo é o crescente número de pesquisas nos últimos anos, o que pode ser justificado pelo surgimento dos marcos legais específicos que normatizam a educação para a população privada de liberdade, os quais foram constituídos nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011) e Dilma Rousseff (2011 a 2016). Tais marcos legais fizeram emergir um avanço acerca da educação nessa conjuntura, bem como a ampliação das discussões no ambiente acadêmico e na sociedade civil, de forma geral (Julião, 2020).

Minuzzi e Coutinho (2020) também evidenciam que esse aumento significativo das produções acadêmicas, em especial das dissertações, pode ser explicado pela expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no país na última década, impulsionada pelo cenário das políticas externas e internas, da afirmação de convênios internacionais e do investimento e apoio na manutenção, qualidade e expansão dos programas, sob a incumbência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ressaltamos que a opção por não ter uma delimitação temporal nos trouxe dificuldades de acesso a algumas informações em trabalhos anteriores ao ano de 2013 no Catálogo da CAPES porque foi só a partir de 2013 que a plataforma passou a disponibilizar informações mais completas como instituição de vínculo, orientador, palavras-chave, agência financiadora, área de conhecimento etc. (Nascimento; Medeiros; Amorim, 2022).

Ao nos remetermos às áreas de conhecimento das produções, gráfico três, foi possível identificar diversos campos de publicação/produção. Os resultados sobre essa dimensão contrastam, em certa medida, resultados encontrados em pesquisas sobre educação prisional e seus apenados do sistema prisional, por exemplo. As pesquisas desse sistema (prisional) estão, em sua maioria, no âmbito do Direito, ao passo que as investigações com socioeducandos se apresentam mais fortes na área de Educação, como apresenta o gráfico abaixo (Paiva, 2009; Julião, 2020).

**Gráfico 3 – Áreas de Conhecimento das Dissertações e Teses.**



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Podemos justificar essa diferença quando analisamos as normativas dos dois sistemas e percebemos que o sistema prisional possui caráter sancionatório e punitivo, ao contrário das medidas socioeducativas para adolescentes, que possuem caráter pedagógico, ou seja, disciplinar e educativo, como estabelece a Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 119/2006<sup>4</sup>.

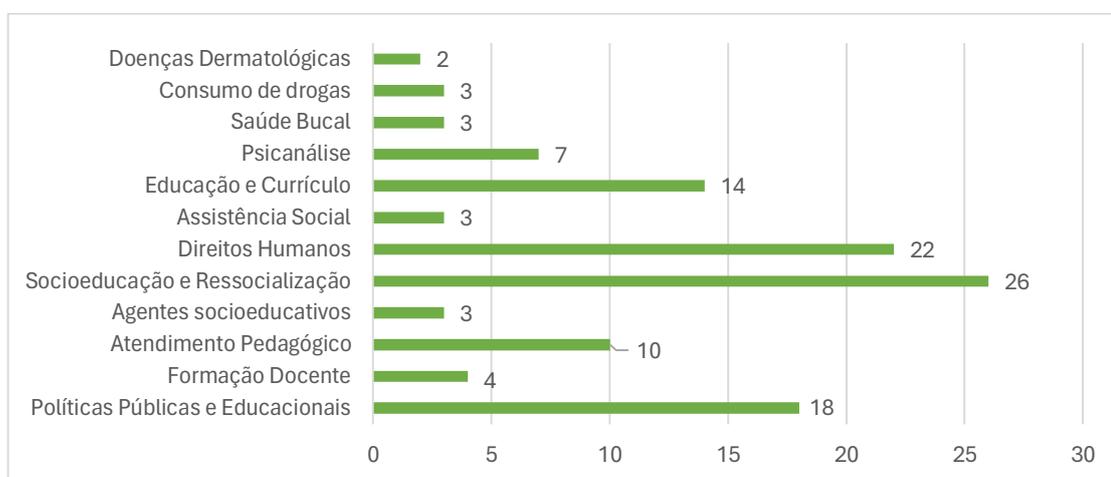
Considerando as informações citadas anteriormente, frisamos que os sistemas de privação de liberdade, seja o socioeducativo (o qual inclui a educação escolar de adolescentes privados de liberdade) ou o prisional, propiciam vasto leque de áreas de pesquisa. Consoante a isso, Soares e Maciel (2000) enfatizam que, por meio desse tipo de pesquisa – estado do conhecimento – podemos identificar essa multiplicidade e pluralidade de enfoques e perspectivas de estudos.

<sup>4</sup> A Resolução do CONANDA nº 119/2006, na perspectiva da proteção integral, estabelece meios para a não aplicação indiscriminada e discricionária das medidas socioeducativas, ao prever o princípio constitucional do devido processo legal e o caráter educativo da medida, com finalidade eminentemente pedagógica.

Dessa maneira, nosso levantamento bibliográfico reafirmou a informação supracitada, identificando oito áreas de conhecimento contendo estudos sobre o tema central da investigação (Educação Escolar de adolescentes privados de liberdade): Educação (44), Psicologia (23), Saúde (12), Serviço Social (12), Sociologia (12), Direito (11), Ciências Ambientais (01) e Comunicação (01).

No contínuo da análise, nossa pesquisa se preocupou, posteriormente, em caracterizar as temáticas abordadas nas dissertações e teses. Observemos:

**Gráfico 4 – Temáticas das Dissertações e Teses.**



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Há uma pluralidade nas temáticas das dissertações e teses, dentre elas estão Socioeducação/Ressocialização (26), Direitos Humanos (22), Políticas Públicas e Educacionais (18), Educação e Currículo (14), Atendimento Pedagógico (10), Psicanálise (07) e Formação Docente (04), respectivamente, sendo as temáticas mais evidentes nos textos acadêmicos.

Pontuamos as temáticas consoantes desta abordagem, destacando-se as 18 produções sobre Políticas Públicas e Educacionais (pesquisas voltadas à responsabilização do Estado pelas medidas socioeducativas e de ressocialização), os 14 trabalhos sobre Educação (abordam temáticas sobre as disciplinas curriculares e ações educativas escolares com socioeducandos) e, por fim, as quatro produções sobre Formação Docente (analisam a formação inicial e/ou continuada e os métodos de ensino de professores).

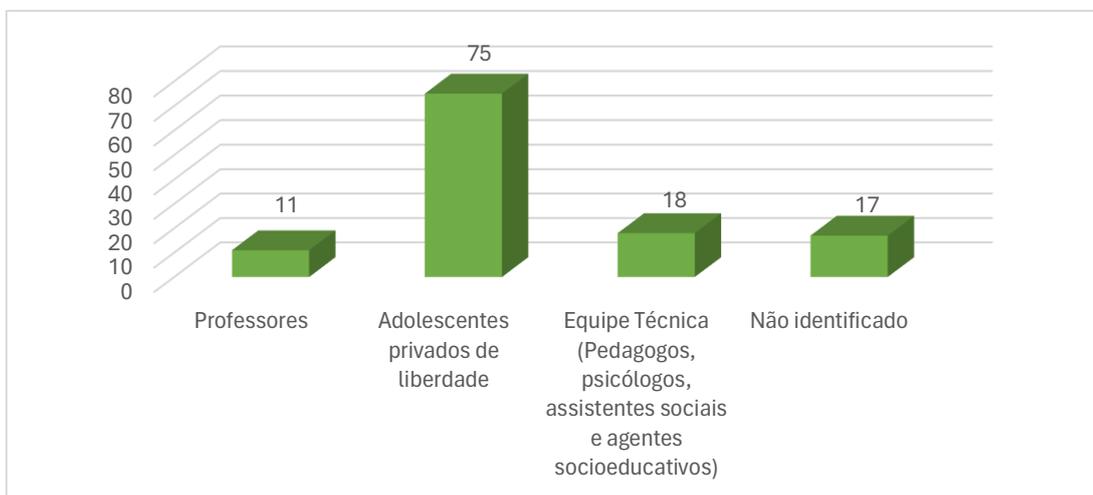
Podemos observar que, apesar do número expressivo de investigações encontradas, duas abordam especificamente a perspectiva da educação escolar dos adolescentes privados

de liberdade, estando direcionadas, em sua quase totalidade, a outros enfoques de pesquisa, com ênfase ao direito e acesso à educação, direitos humanos e as políticas públicas de atendimento.

Ainda assim, dentre os trabalhos podemos destacar o de Costa Junior (2019), com o título “O trabalho docente junto a adolescentes privados de liberdade: sentidos de professores”, visando a investigar os sentidos atribuídos por docentes de uma unidade socioeducativa, e o de Lena (2008), nominado “O ethos da privação de liberdade como formador de saberes e representações de três professoras”, que teve por objetivo compreender e interpretar o contexto da privação de liberdade como formador de saberes e representações de professoras que atuam em uma “escola socioeducativa”.

No que diz respeito ao sexo dos pesquisadores, é relevante a disparidade entre eles, sendo 88 trabalhos produzidos por pesquisadoras do sexo feminino e apenas 28 estudos por pesquisadores do sexo masculino, revelando predominância das pesquisadoras. Em relação aos sujeitos pesquisados, a configuração muda: o gráfico 5, dentre outras informações, apresenta os adolescentes como os sujeitos mais explorados.

**Gráfico 5 – Sujeitos das Pesquisas nas Dissertações e Teses.**



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 do CNJ, em 2021, 95,5% das medidas com restrição de liberdade eram de meninos e apenas 4,5% de meninas, dados que não se distinguem dos anos anteriores. O gráfico anterior ainda elucida outras importantes informações em relação aos sujeitos pesquisados: além dos adolescentes privados de liberdade

com o maior número (75 pesquisas), podemos apontar a equipe técnica (pedagogos, psicólogos, agentes socioeducativos e assistentes sociais), que apresentou 18 pesquisas e, por último, os professores que atuam nas unidades, com apenas 11 estudos, demonstrando o baixo número de investigações na perspectiva do professor que atua no sistema socioeducativo.

Quanto aos aspectos metodológicos das dissertações e teses, vimos que, em sua maioria, há um número expressivo de trabalhos demarcando a abordagem qualitativa - 87 produções. Os dados também apontam dez investigações que fizeram uso da abordagem quali-quantitativa e apenas uma investigação com a abordagem quantitativa.

Podemos justificar o número significativo de estudos assinalando a abordagem qualitativa quando o associamos aos sujeitos pesquisados e dialogamos com André (2013), para quem a abordagem qualitativa de pesquisa se fundamenta numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas e sociais, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados:

Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações vivenciadas em seu ambiente [...] torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações (André, 2013, p. 97).

Salientamos que em 18 trabalhos não foi possível identificar a abordagem adotada na pesquisa. Apesar das leituras de todos os resumos, muitos autores não evidenciaram essas informações, o que dificultou a construção e a análise dos dados.

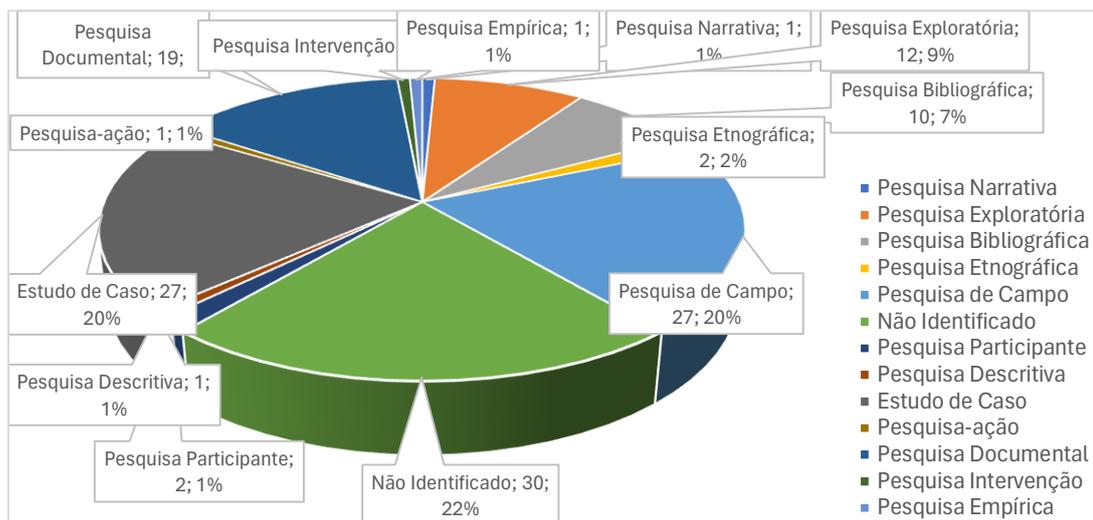
Com arrimo na informação supradita, dados textos sequer apresentaram clareza nos aspectos metodológicos principais. Diversos trabalhos confundiam a abordagem de pesquisa com as técnicas de produção de dados, os objetivos dos estudos nem sempre estavam textualizados, exigindo de nós um esforço maior para a compreensão do texto. Essas lacunas dificultam e/ou limitam, em alguns casos, a qualidade de dissertações e teses. Nessa lógica, Garrido (1979) alerta que os resumos são instrumentos indispensáveis, na medida em que sua inserção em catálogos e bases de dados agiliza a atividade de seleção em busca bibliográfica. Para isso, é necessário que exista um cuidado e atenção maior na sua elaboração.

Romanowski e Ens (2006) também alertam que ao se deparar com resumos restritos, sem especificação do tipo de estudo pelo autor, por exemplo, essa especificação

passa a ser definida após a leitura do resumo, pelo contexto em que foi realizada a pesquisa e pelas técnicas usadas para produzir os dados.

O gráfico seis aborda os tipos de pesquisas mais utilizados nas investigações mapeadas.

**Gráfico 6 – Métodos/Tipos de pesquisa das Dissertações e Teses.**

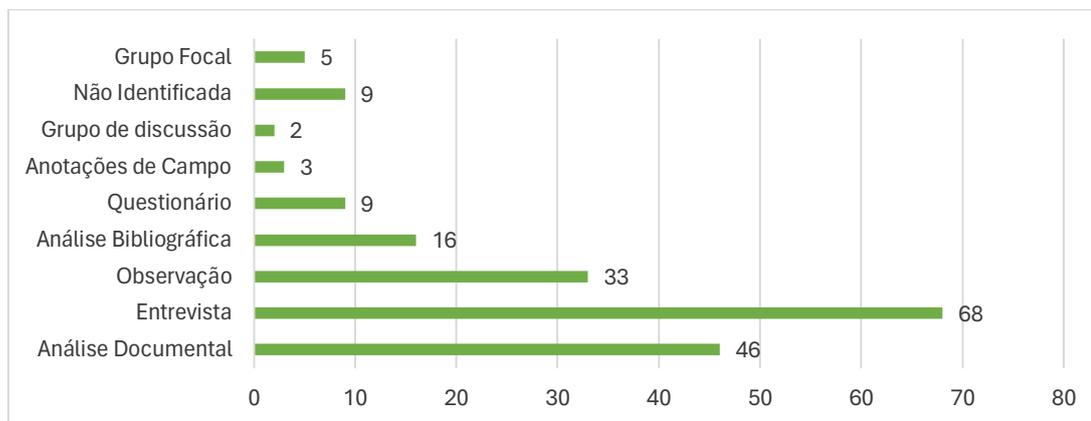


Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os tipos de pesquisas pontuados no gráfico seis são bastante diversificados. Analisando-os, há uma pluralidade, mas com certa predominância aparecem as pesquisas de campo – 27 (20%) e o estudo de caso – 27 (20%); em sequência, destacamos as pesquisas documentais – 19 (14%), as pesquisas exploratórias – 12 (9%) e as pesquisas bibliográficas – dez (7%). Com número menos expressivo, aparecem pesquisas participantes – duas (1%), pesquisas etnográficas – duas (1%), as pesquisas do tipo intervenção, pesquisa descritiva – uma (1%), pesquisa narrativa – uma (1%), pesquisa-ação – uma (1%), pesquisa etnográfica – uma (1%) e pesquisa empírica – uma (1%). Outro dado relevante são os trabalhos que não ressaltam os métodos/tipos de pesquisas, 30 trabalhos, o que representou 25% do total de estudos analisados.

Vimos também as técnicas de produção de dados mais utilizadas. O gráfico sete textualiza nossos achados.

**Gráfico 7 – Técnicas de produção de dados.**



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2025).

Ao nos remetermos às técnicas para produção de dados nas investigações, apontamos um número significativo de estudos que fizeram uso da entrevista: 68 dissertações e teses (de variados tipos, especialmente a entrevista semiestruturada, que apareceu em 34 estudos), seguida da análise documental, com 46 produções acadêmicas. Posteriormente, percebe-se a observação – 33 estudos (a observação participante é demarcada em 13 estudos), a análise bibliográfica – 16 dissertações e teses, o questionário – nove pesquisas, o grupo focal – cinco trabalhos, as anotações de campo – três produções acadêmicas, o grupo de discussões – dois estudos. Em nove estudos dissertativos, não conseguimos identificar a técnica utilizada para produzir os dados.

Além disso, ressaltamos que cerca de 70% dos trabalhos adotaram mais de uma técnica para construir os dados. Nesse lastro, vimos pesquisas que informaram a utilização de até quatro técnicas na mesma investigação.

Por fim, entendemos que este trabalho traz elementos relevantes para a compreensão do tema da socioeducação de adolescentes privados de liberdade e, em nenhuma hipótese, temos a pretensão de encerrar o debate neste momento, haja vista que devemos considerar a complexidade e as múltiplas dimensões que perpassam o estudo do objeto investigado ao longo do tempo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Inferimos a análise dos dados reafirmando sua importância na pesquisa que se ocupa da educação escolar de adolescentes privados de liberdade. Entendemos que o vultoso

número de publicações não expressa a relação direta com o aspecto escolar do socioeducando, contudo, o interesse e a disseminação da temática em outras áreas de conhecimento (relevantes para nós) revelam a necessidade de avançar, em termos da produção do conhecimento, acerca da temática.

Desse modo, quando especificamos a abordagem escolar deste estudo (acerca da educação escolar de adolescentes privados de liberdade), apesar do volume apontado, é válido demarcar que o número de trabalhos é ainda pouco expressivo, havendo a necessidade de mais estudos com abordagens na perspectiva do professor e aluno nesses espaços de educação não convencionais.

Entendemos que a escola é indispensável no cumprimento da medida socioeducativa (sobretudo de internação) e na educação desses sujeitos e, alinhado à escola, o professor precisa estar consoante com o que preveem as normativas para o processo de atuação para a ressocialização.

Processos e espaços como os referidos anteriormente são alvos de preconceito, invisibilidade e estigma construídos social e historicamente. Nessa ótica, o papel da escola como transformadora e formadora de opinião, além de alicerçar os pilares fundamentais da educação, como ressalta Freire (1996), pode ser inserido nesse sistema como uma alternativa, inclusive na construção social, escolar e profissional dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Por fim, destacamos que os resultados desta investigação apontam para questões e temas que poderão ser aprofundados em futuras pesquisas, como, por exemplo, propostas de escolas socioeducativas, ou seja, especializadas e criadas para o próprio sistema socioeducativo e os adolescentes privados de liberdade, entendendo as singularidades, além de professores especializados e formados para atuar propriamente nesses espaços.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 95–103, 2019. DOI: 10.21879/faeoba2358-0194.2013.v22.n40.p95-103. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeoba/article/view/7441>. Acesso em: 31 jan. 2023.
- BRASIL. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. **Fórum brasileiro de segurança pública**. Conselho Nacional de Justiça. 9ª ed. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. **Lei N º 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006.** Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União: Brasília, DF: CONANDA, 2006a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Resolução Nº 3, de 13 de maio de 2016.** Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Diário Oficial da União: seção 1, página: 6, Brasília, DF, 16 maio 2016. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521933](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521933). Acesso em: 20 dez. 2022.

COSTA JUNIOR, Antonio David. **O trabalho docente junto a adolescentes privados de liberdade: sentidos de professores.** 2019. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2019.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 79. p. 257-272, ago. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARRIDO, Elsa. **A técnica close e a compreensão da leitura: Investigação em textos de estudos sociais para a 6ª série.** 1979. Dissertação (Mestrado em Didática) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Cartografia das experiências de políticas de educação para jovens e adultos nas prisões da América do Sul.** Niterói, RJ: EDUFF/FAPERJ, 2020.

LENA, Angela. **O ethos da privação de liberdade como formador de saberes e representações de três professoras.** 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2008.

MINUZZI, Evelize Dorneles; COUTINHO, Renato Xavier. Produção de conhecimento sobre ensino médio integrado à educação profissional: Um panorama cienciométrico. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 36, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/38080>. Acesso em: 6 jan. 2023.

NASCIMENTO, Antonio Anderson Brito do; MEDEIROS, Emerson Augusto de; CARDOSO AMORIM, Giovana Carla. Formação de professores polivalentes: Estudo bibliográfico sobre teses e dissertações (1999 – 2019). **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 33, n. 00, p. e022008, 2022. DOI: 10.32930/nuances.v33i00.9486. Disponível

em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/9486>. Acesso em: 17 mar. 2023.

PAIVA, Jane. **Estudantes internos penitenciários**: travessias de vida, escola, histórias. Outras publicações. 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/Estudantes-internos-penitenciarios-travessias-de-vida-escola-historias.html>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ROMANOWSKY, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Diálogo Educacional, Curitiba**, v. 6, n. 19, p. 37 - 50, set./dez. 2006. SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. New York: Columbia University Press, 1989.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca Pereira. **Alfabetização**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000. (Série Estado do Conhecimento).

**Recebido em:** *Junho/2024*.

**Aprovado em:** *Fevereiro/2025*.